



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Lei Nº 148 de 06 de Junho de 2000

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentarias para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - PE
CNPJ: 40.893.869/0001-27
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Código de Autenticidade: **01N2UJR7P335**
Emitido em, 01 de October de 2025 às 15h:08m

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LEI Nº 148 DE 06 DE JUNHO DE 2000

EMENTA: Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício financeiro de 2001 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento às disposições contidas no inciso II, e nos § 2º do artigo 165 da Constituição Federal e inciso II, § 2º do artigo 123 da Constituição do Estado de Pernambuco, bem como ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício financeiro de 2001, compreendendo:

- I - Metas e Prioridades da Administração Municipal;
- II - Diretrizes para a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2001 dos Poderes Legislativo e Executivo, incluindo abertura de créditos adicionais;
- III - Disposições sobre a Política de Pessoal;
- IV - Disposições sobre a Política Fiscal;
- V - Disposições Final.

METAS E PRIORIDADES

Art. 2º - As metas e prioridades da Administração Municipal serão definidas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2001, e a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, elaborados com estrita observância às disposições contidas na legislação em vigor, especialmente no tocante a classificação funcional programática e a Econômica conforme Lei Federal nº 4.320 e Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º - Até a publicação da Lei Complementar de que trata o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal, serão obedecidos os prazos definidos no artigo 124 e § 1º incisos I, II, III, IV e V da Constituição do Estado de Pernambuco, para as pro-

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LDO Fl.02

I - A proposta parcial do Orçamento do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2001 será entregue ao Poder Executivo até 30 de julho de 2000;

II - O Projeto de Lei da Revisão do Plano Pluri-anual para o exercício financeiro de 2001, será entregue à Câmara Municipal de Vereadores até 15 de maio de 2000 e devolvido para sanção até 30 de junho de 2000;

III - O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2001 será entregue à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2000 e devolvido para a sanção até 30 de novembro de 2000.

Art. 4º - Os Projetos em fase de execução terão prioridades sobre os novos projetos.

Art. 5º - Não poderão ser programados novos projetos/ à custa de anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento e sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá firmar convênios / com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, abastecimento, infraestrutura, saneamento básico e atividades geradoras de empregos.

Art. 7º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção de prioridades estabelecidas no Plano Plurianual a serem incluídas na Proposta Orçamentária podendo, se necessário, incluir programas não elencados // com o objetivo de atender projetos e atividades resultantes dos programas autorizados em leis específicas.

DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 8º - O Orçamento Anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Art. 9º - A elaboração do proposta orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2001, na ausência da Lei Complementar previstas no § 9º do artigo 165 da Constituição Federal obedecerá aos dispositivos, forma e detalhamento estabelecidos/ na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LDO F1.03

§ 2º - Na estimativa das receitas considerar-se-ão a tendência do presente exercício, os efeitos das modificações na legislação tributária em todos os níveis, com reflexos diretos e indiretos na receita municipal, e os índices inflacionários do exercício, no período de janeiro a agosto de 2000.

§ 3º - O pagamento da dívida de pessoal e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 4º - Suplementação para atender a insuficiência nas dotações orçamentárias de um terço do total da receita estimada.

Art. 10 - Na Lei Orçamentária a discriminação de despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos para cada um, no seu menor nível, e natureza de despesa, obedecendo a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo // corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza de despesa // conforme a Lei Orçamentária Anual.

§ 2º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por títulos e descritos que caracterizam as respectivas metas ou ações esperadas.

Art. 11 - As propostas de modificações ao projeto de Lei Orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas conforme, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 12 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os oeca

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LDO F1.04

ca custeadas com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertence o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Art. 13 - O orçamento conterá dotação orçamentária específica destinadas as despesas de sentenças judiciais, na forma / da legislação pertinente, bem como, amortização e encargos da dívida com órgãos previdenciários.

Art. 14 - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética a agregada evidenciando o "déficit" ou "superavit" corrente.

Art. 15 - A inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de dotações a título de subvenções sociais e/ou auxílio para entidades privadas, sem fins lucrativos dependerá:

I - Do registro no órgão Federal, Estadual ou Municipal competente;

II - De Lei específica, autorizativa da subvenção e/ou auxílio, de acordo com o artigo 94 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - Da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhado até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade da Resolução T.C. nº 05/93, de 17.03.93;

IV - Da comprovação do seu regular funcionamento mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - Da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até o dia 30 de agosto de 2000.

Art. 16 - O Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2001, constará projetos e atividades específicas / para o Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Educação e Projeto para Agricultura e Produção Rural, a saber:

§ 1º - Fundo Municipal de Saúde:

II - Programa dos Serviços Médicos Odontológicos;

II - Programa Saúde da Família;

III - Programa Agente Comunitário de Saúde;

IV - Programa de Saúde Materno-Infantil;

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LDO Fl.05

- VI - Programa Farmácia Básica;
- VII - Programa Melhoria Sanitária.
- § 2º - Fundo Municipal de Assistência Social:
 - I - Manutenção Centro de Convivência dos Idosos;
 - II - Programa de Capacitação Profissional e Cursos de Aprendizagem;
 - III - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
 - IV - Programa de Apoio à Criança e ao Adolescente;
 - V - Programa de Apoio aos Portadores de Deficiência Física;
 - VI - Programa Brasil Criança Cidadã;
 - VII - Programa de Melhoria Habitacional;
 - VIII - Programa de Enfretamento a Pobreza;
 - IX - Programa de Ações Continuadas;
 - X - Programa de Benefícios Eventuais (Auxílio Funeral e Natalidade);
 - XI - Programa de Apoio à Criança e Adolescente em Arte e Tapeçaria (PROCRIART).
- § 3º - Fundo Municipal de Educação:
 - I - Manutenção de Creches;
 - II - Manutenção do Ensino Pré-Escolar;
 - III - Manutenção do Ensino Para Jovens e Adultos;
 - IV - Manutenção do Ensino Fundamental;
 - V - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar;
 - VI - Manutenção do Ensino Médio;
 - VII - Manutenção de Cursos de Capacitação;
 - VIII - Manutenção de Bolsas de Estudos;
 - IX - Manutenção do Transportes Escolar.
- § 4º - Agricultura e Produção Rural:
 - I - Programa de Doação de Equipamentos Agrícolas;
 - II - Programa de Conservação e Preparação do Solo para o Plantio;
 - III - Programa de Doações de Cestas Básicas para pequenos Agricultores na Entre-Safra;
 - IV - Programa de Fixação do Homem ao Campo;
 - V - Programa de Concessão de Crédito Agrícola;
 - VI - Programa de Alfabetização ao Agricultor (Adulto/

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LDO F1.06

DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 17 - As despesas com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta // por cento) das Receitas Correntes, conforme Lei Complementar nº 82 de 27.03.1995, observando-se os artigos 26, 41, 42, 43 e inciso IV do artigo 110 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º - Entende-se como receitas correntes, para efeito do limite do presente artigo, o somatório das receitas correntes próprias da administração indireta, provenientes das empresas/ e fundações públicas excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os custos da administração/ direta e indireta com salários, gratificações, diferenças salariais, obrigações patronais e proventos de aposentadorias.

Art. 18 - O pagamento dos salários, proventos e pensões e os serviços da dívida terão prioridade sobre as ações de obras públicas e de expansão dos serviços públicos à cargo do Município.

Art. 19 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração dos quadros de pessoal da administração direta e indireta, bem como a admissão / a qualquer título somente poderá ser feita se houver dotação orçamentária específica suficiente para atender as despesas até o final do exercício obedecendo ao limite constitucional de despesa // com pessoal e ao percentual de suplementação autorizada pela Lei Orçamentária Anual.

DA POLÍTICA FISCAL

Art. 20 - O Poder Executivo, no implemento da política fiscal e de desenvolvimento do Município, poderá propor a criação, modificação ou revogação de benefícios fiscais.

§ 1º A proposta deverá ser encaminhada a Câmara Municipal, através de Projeto de Lei, que deverá se pronunciar sobre a mesma na forma dos artigos 108 e 110 da Constituição Estadual.

§ 2º - Os efeitos da criação, modificação ou revogação dos benefícios fiscais sobre as receitas públicas serão analisadas, no início de cada legislatura, pela Câmara Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LDO Fl.07

dos concretos obtidos com a implementação da política econômica-financeira do Município.

§ 4º - A Secretaria de Finanças atualizará o Cadastro Imobiliário do Município para arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - e da Dívida Ativa Tributária.

§ 5º - A Secretaria de Finanças atualizará o Cadastro dos Prestadores de Serviço do Município, para arrecadação do Imposto Sobre Serviços - ISS.

§ 6º - A Administração aplicará corte automático de despesa para cumprir o que determina o artigo 47, 49 e 54 da Lei / de Responsabilidade Fiscal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - A Prestação de Contas Anual do Município / incluirá relatório de execução dos demonstrativos e balanços previstos na Legislação Federal e ainda nas Resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 22 - O relatório bimestral de que trata o § 3º, do artigo 165 da Constituição Federal demonstrará por categoria de programação de despesa de cada órgão ou fundo, das entidades da administração direta e indireta, explicitando os gastos por função e elemento e sub-elemento de despesas.

Art. 23 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 06 de junho de 2000.


MANOEL SEVERINO DA SILVA
= PREFEITO =